

ATA NÚMERO 218/XIII/3.^a SL

Aos dezassete dias do mês de julho de 2018, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

11:30

1. **Ratificação das votações indiciárias ocorridas no GT “Lei das Finanças Locais”;**
2. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.^a (CDS-PP) – “Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)”;**
3. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 919/XIII/3.^a (CDS-PP – “Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar deste imposto os serviços de explicações e apoio escolar prestados pelos centros de estudo” e o Projeto de Lei n.º 921/XIII/3.^a (CDS-PP) – “Altera o Código do IRS, de modo a permitir que lições sobre matérias do ensino escolar oficial ministradas em centros e salas de estudo e de explicações possam ser deduzidas enquanto despesas de educação”;**
Autora: Margarida Mano (PSD)
4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 518/XIII/3.^a – “Solicita alteração legislativa quanto ao vencimento do IVA e sua cobrança”;**
5. **Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 946/XIII/3.^a (CDS-PP) – “Reforço das deduções de despesas com educação e imóveis para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro”;**
Cabe ao GP (PDS)
6. **Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 947/XIII/3.^a (CDS_PP) – “ Aumento do prazo de isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos, para habitação própria e permanente, situados em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho”;**
Cabe ao GP (PS)

7. **Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.^a – “*Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental*”;**

8. **Outros assuntos**

1. **Ratificação das votações indiciárias ocorridas no GT “Lei das Finanças Locais”;**

Foram ratificadas as votações ocorridas em sede de GT. As sínteses das intervenções, declarações e sentidos de voto encontram-se nos relatórios de votações, disponíveis na página das iniciativas.

2. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.^a (CDS-PP) – “*Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)*”;**

A iniciativa foi votada. As sínteses das intervenções, declarações e sentidos de voto encontram-se no relatório de votações, disponível na página das iniciativas.

3. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 919/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) – “*Altera o Código do IVA, com o intuito de isentar deste imposto os serviços de explicações e apoio escolar prestados pelos centros de estudo*” e o [Projeto de Lei n.º 921/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) – “*Altera o Código do IRS, de modo a permitir que lições sobre matérias do ensino escolar oficial ministradas em centros e salas de estudo e de explicações possam ser deduzidas enquanto despesas de educação*”;**

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) apresentou o parecer na qualidade de autora, aludindo também à relação desta iniciativa com a [Petição n.º 338](#), já agendada para Plenário. Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade.

4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 518/XIII/3.^a](#) – “*Solicita alteração legislativa quanto ao vencimento do IVA e sua cobrança*”;**

A petição foi admitida, sem oposição de qualquer grupo parlamentar (GP).

5. **Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 946/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) – “*Reforço das deduções de despesas com educação e imóveis para os contribuintes residentes em territórios do interior, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro*”;**

O PSD indicou o Senhor Deputado Cristóvão Crespo.

6. **Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 947/XIII/3.ª \(CDS PP\)](#) – “ Aumento do prazo de isenção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos, para habitação própria e permanente, situados em territórios do interior, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho”;**

O PS indicou o Senhor Deputado Nuno Sá.

7. **Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – “*Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental*”;**

Foram fixadas, sem votos contra, as propostas de alteração da DAPLEN para efeitos de Redação final do texto da iniciativa. Relativamente à nota sobre artigo 3.º da Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro, primeira alteração à LEO, com a epígrafe “Norma transitória”, os GP’s optaram pela segunda sugestão da DAPLEN, isto é, menção da norma em itálico e entre parenteses retos [“*colchetes*”, na informação da DAPLEN].

8. Outros assuntos

O senhor Deputado Joao Paulo Correia (PS) suscitou a questão dos esclarecimentos que a Imprensa Nacional Casa da Moeda solicitou sobre a publicação do decreto relativo à Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª (GOV) e aos Projetos de Lei n.º 445 e 448/XIII/2.ª (CDS-PP). Manifestou a concordância do PS com as observações tecidas pela DAPLEN sobre aqueles comentários e esclareceu que, nas duas questões que faltavam, o PS pronuncia-se pela publicação das expressões aprovadas na proposta de lei “fundos de empreendedorismo social” e “negociação multilateral ou organizada”, devendo as mesmas constar da republicação.

A Senhora Presidente declarou que quaisquer manifestações de oposição aos comentários da DAPLEN – com o aditamento efetuado pelo Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) – deveriam ser remetidos aos serviços da Comissão até ao ia seguinte, às 12.00.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 15:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 17 de julho de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Inês Domingos
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Cristóvão Norte
Fernando Virgílio Macedo
Filipe Neto Brandão
Heitor de Sousa
Margarida Mano
Pedro Mota Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Jamila Madeira
Margarida Balseiro Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Fernando Anastácio
Hortense Martins